

(GRANDE) BOM JARDIM: Memória Social e Museografia Comunitária como Estratégias Discursivas de uma Política de Representação:

Adriano Paulino de ALMEIDA¹

Prof. Dr. Raimundo Ruberval FERREIRA²

Introdução:

O texto ora apresentado circunscreve-se à proposta de pesquisa delineada pelo projeto “(GRANDE) BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de Representação à luz de uma Pragmática Linguística”.

Ele se configura como um arcabouço dos pressupostos empíricos levantados para a formulação do objeto de pesquisa, e submete-se ao ritual acadêmico de validação e de qualificação da referida proposta de pesquisa, no que se refere à capacidade de leitura da vida social, enquanto linguagem, e da definição de um desenho e de um recorte plausível de uma problemática concreta, no âmbito da lingüística, em meio à complexidade da realidade, versando e articulando conceitos da geografia, da antropologia, da sociologia urbana, bem como ao que se refere à consistência do objeto, ao suporte teórico proposto e às formas de abordagem e de desenvolvimento do estudo.

A referida proposta de pesquisa consiste em analisar os atos de fala que são definidores do processo de reterritorialização do Grande Bom Jardim, buscando descobrir que estratégias políticas esses atos acionam, que políticas de representação esses atos põem em cena e o que estas são capazes de realizar em termos de possíveis intervenções sociais, entendendo como se constituem os poderes de domínio e os sentidos de apropriação do espaço, e, conseqüentemente, o processo de constituição da identidade social e territorial, através do discurso proferido pelo sujeito Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ).

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/2005.2), Mestrando em Linguística Aplicada (UECE), bolsista CAPES, ex-consultor local da Organização dos Estados IberoAmericanos para a Educação, a Ciências e a Cultura (OEI) a serviço do Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM, no âmbito do projeto: “*Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para a Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil*”.

² Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade de Campinas (UNICAMP), professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculado ao Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada da mesma universidade, linha: *Estudos Críticos da Linguagem*.

A pesquisa ainda se propõe: a) recuperar elementos históricos fundantes da formação identitária do território (movimento político religioso e seus principais desdobramentos: áreas pastorais, movimentos populares de ocupação de terras ociosas, escolas comunitárias, ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza); b) Verificar a relevância discursiva da memória social e da museografia comunitária como tecnologias sociais e estratégias políticas para o fortalecimento da identidade dos sujeitos/território.

Fundamentando-me na concepção da multiterritorialidade, defendida, por Rogério Haesbaert (2012, 2012), respectivamente, em “Territórios Alternativos”, e em “O Mito da Desterritorialização – do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade, e inspirado numa vertente da filosofia da linguagem, a da pragmática lingüística, mais precisamente na teoria dos atos de fala de John Austin (1962), tomo a região do Grande Bom Jardim, composto por cinco bairros oficiais (Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira) da cidade de Fortaleza, Ceará, ocupada por uma população de 204 mil habitantes, um espaço social constituído território pela capacidade de um agente específico, uma rede social composta por 38 organizações locais, de impor à cidade um poder de domínio e de negociação com outros agentes coletivos locais (no território e na escala da cidade). Esta força se constitui, basicamente, pela legitimidade depreendida do sentido de apropriação simbólica das marcas identitárias e do sentimento de pertencimento ao lugar.

Assim, a região denominada Grande Bom Jardim é reconhecida território e referenciada pela sigla “GBJ”, sigla esta entendemos aqui seja o “resto mortal” ou resíduo do empreendimento de reterritorialização do espaço, efeito da atuação e incidência política da referida instância coletiva, compreendida como uma tecnologia social politicamente inovadora.

A Rede DLIS do GBJ, enquanto uma tecnologia social politicamente inovadora, aciona certas estratégias discursivas e determinadas marcas lingüísticas com força de realizar a ação de reterritorialização do espaço, a partir de uma política de representação institucional empreendida.

Então, a rede DLIS engendra o seu território, em meio a um espaço multiterritoralizado, afirmando uma identidade territorial, através de suas marcas, sendo uma dessas marcas o seu discurso, engendrado por certas estratégias para mobilizar

determinadas energias políticas. Portanto, que estratégias discursivas ou políticas de representação centrais são acionadas por este agente social no que se refere ao uso de certos atos de fala com força ilocucionária ou com força de convenção capaz de realizar ou empreender o processo de reterritorialização do Grande Bom? Que identidade territorial a Rede DLIS produz e imprime com o seu discurso? Quais as condições circunstanciais desses proferimentos de fala que tornam possível essa capacidade de realização do falar desse agente social?

Assim, no esteio dessa realidade social aventada à luz de uma lingüística aplicada, buscarei neste texto, a priori, circunstanciar uma das principais estratégias discursivas acionadas pela Rede DLIS no seu intento, qual seja, a noção de memória, bem como a forma como a instância se apropria desta categoria de forma instrumental, buscando identificar e pontuar seus fundamentos e motivações institucionais, a partir de textos produzidos coletivamente por uma dinâmica promovida pela instância. O tópico desaguará numa apresentação de possíveis exemplos de tecnologias sociais apropriadas e empregadas pela Rede DLIS, enquanto estratégias para a constituição de uma política de representação.

Outra questão abordada será a relevância social dos grupos pastorais criados, animados e fortalecidos pela atuação de religiosos missionários, representantes da igreja católica, na região a partir da década de 1980, aportando, através de uma práxis religiosa, os fundamentos e concepções de um “novo jeito de igreja”, a qual articulava orar e ação, ou seja, fé e política, uma intervenção na realidade fundamentada na crença de um mundo melhor, de um mundo de oportunidades, com promoção da justiça social, com menos opressão e desigualdades sociais. Estes pressupostos foram a base para a formação humana, baseada na solidariedade, na confiança e na reciprocidade, e para a promoção do engajamento cívico, baseado na cooperação e na co-responsabilidade, ressoados até hoje nos sujeitos e nos grupos sociais locais.

E por ultimo, apresentamos um tópico, mais caracterizado como uma compilação de dois textos: *O Binômio Território-Rede e seu Desdobramento Político-Cultural*, e *A modernidade na Escala Metropolitana*, escritos por Haesbaert (2012), em Territórios Alternativos, em que buscamos à luz dos conceitos de desterritorialização, de

multiterritorialidade e de rede apontados pelo autor estabelecer uma leitura do território e do agente em estudo a partir de alguns aspectos.

Memória e a fala enquanto estratégias para a constituição de uma política de representação:

Podemos, no âmbito da experiência da Rede DLIS, grosso modo, entender o conceito de memória como experiências de vida sedimentadas que podem ser evocadas a qualquer momento conforme necessidade para atender a determinadas intenções, sejam estas individuais [privadas] e/ou coletivas [públicas].

A Rede DLIS aciona a categoria memória através de meios operacionais, em termos metodológicos, para qualificar seu modo de atuação política e fortalecer sua identidade. Assim, usa-se do recurso da pesquisa da memória social acerca do território e toma como uma das metodologias de coleta de dados a roda de memória.

Roda de memória pode ser entendida como uma dinâmica indutiva de coleta de dados através de fluxos individuais de memória em condições de gerar uma unidade discursiva ou uma memória coletiva, base para definição dos assuntos, questões e fatos que serão escolhidos [ação política] para uma releitura e reescrita discursiva, de forma a promover uma imagem positiva da instância, que fortaleça sua identidade social e lhe confira legitimidade política, credibilidade técnica e notoriedade pública que lhe permita um diálogo propositivo e efetivo com outros segmentos e setores políticos com vistas à implantação ou ampliação de políticas públicas no território.

Lançaremos mão em um primeiro momento dos conceitos institucionais mobilizados pela Rede DLIS através de sua instância destacada para o desenvolvimento da temática.

A memória é tomada como instrumento político em termos de uma estratégia discursiva pela Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS). Esta instância coletiva conta a memória social e a museografia comunitária como um dos eixos ou temáticas de sua estrutura organizacional. Desde 2009 ela vem promovendo a mobilização social e o engajamento de atores políticos locais no entorno dessas temáticas. Existe, em plena operação, um movimento comunitário em

memória social e museologia comunitária internamente à rede DLIS, denominado Ponto de Memória, por ele mesmo definido como:

“Um lugar de celebração de experiências transformadoras e significativas da cidadania local e de valorização das variadas formas de expressão e modos de fazer da nossa gente. É também um lugar de recordação que oportuniza ressaltar o que há de bom e construtivo em nosso lugar”. (Ponto de Memória do Grande Bom Jardim)

O texto é repleto de marcadores positivos acionados para demarcar o papel político e institucional do movimento frente ao empreendimento de afirmação positiva da identidade territorial.

O território é estigmatizado pela sociedade municipal, referido como lugar do “vixe” (abreviação de Virgem Maria), uma interjeição, uma expressão regional passível de produzir vários sentidos, dependendo das regras discursivas do grupo, das intencionalidades e do contexto da fala. No caso específico, comumente aplicada com o sentido de espanto e segregação socioespacial. Então, a memória é também estratégica para constituir um contra-discurso à tendência generalizadora do discurso hegemônico alardeado pelas mídias e reproduzido pela sociedade municipal.

No texto conceitual acima são apontados, pelo menos, três lugares ou funções atribuídas ao Ponto de Memória na Rede DLIS e no território: celebrar experiências de luta, valorizar expressões e saberes locais, e recordar positivamente o lugar. Ou seja, são ações orientadas a realizar o projeto de afirmação de uma identidade territorial.

A Rede DLIS do GBJ assume a memória social como uma artimanha de simbolização dos sentidos [subjéctiva e afectiva] objetivamente orientada como estratégia para a constituição de uma identidade em termos de uma política de representação, conferindo-lhe autonomia política e status de ente público em condições de negociar e agenciar com poderes públicos políticas públicas necessárias e suficientes para promover qualidade de vida dos habitantes.

Um dos argumentos apresentados pela Rede DLIS para assumir a memória social como uma temática estratégica para o alcance das suas finalidades é porque esta acaba por superar uma das principais falhas da organização comunitária, qual seja, a não produção de registros sobre suas ações. Produzir e organizar registros são recursos técnicos

fundamentais para viabilizar a realização de leitura de cenário a mais próxima do real e a definição de uma concepção eficaz de intervenção na realidade, estratégia essencial para se entender o presente e antever o futuro. Então, garantir as condições de produção da memória do movimento social seria uma motivação inicial.

Outro argumento apresentado pelo agente quanto à incorporação da temática memória como uma de suas dimensões de intervenção política por se tratar de uma forma estratégica para pautar questões, para promover debates acerca delas, para negociar diferenças e para produzir narrativas coletivas enquanto reescrituras ou releituras de fatos e acontecimentos vistos pela perspectiva e vivência dos próprios moradores, colocando-os de uma forma dual no centro da narrativa, eles próprios protagonistas, eles próprios historiadores.

Essa argumentação apresentada pela Rede DLIS traz uma tecnologia social inovadora, uma dinâmica de indução e promoção de práticas sócio-discursivas com vistas à produção de discursos institucionais com força de realizar transformações sociais.

O próprio processo de elaboração do conceito de memória constitui-se uma estratégia discursiva, na medida em que ele é a sistematização dos variados conceitos definidos por cada um dos agentes sociais envolvidos. A estratégia foi produzir um texto que fosse uma marca institucional do grupo, que expressasse o entendimento de cada um dos moradores envolvidos sobre o referente 'memória', que revelasse o entendimento a que chegou cada um dos moradores participantes do processo. Então, um texto que não fosse uma simples citação de um teórico clássico, mas fosse uma espécie de retrato do coletivo e imprimisse suas posições ideológicas e políticas, onde cada morador fosse o seu autor.

Neste sentido e com este propósito eis o texto a que chegou o movimento em memória da Rede DLIS sobre o conceito institucional de memória: *"Memória é a possibilidade de recordar histórias que narram a trajetória de um povo e marcam a sua identidade de modo que revela quem somos a partir do que relembramos e do que esquecemos além de ser instrumento de luta para transformar a realidade"*.

Assim, os moradores põem-se numa posição astuta, escrevem eles mesmos um texto que ao mesmo tempo em que define um conceito antever o que eles podem ser

capazes de realizar com o conceito que forjaram. Ou seja, um texto que fosse estratégico para a constituição de uma política de representação em marcha pela rede DLIS.

Trazer à tona, de baixo, emergir à superfície do presente as marcas simbólicas e históricas de forma que estas possam ser reinterpretadas à luz do contexto presente, podendo fatos e acontecimentos e personalidades receberem uma releitura e uma reescritura. Escolher o que lembrar e o que esquecer é antes uma posição política diante a realidade social. Este é também um conceito possível de memória e é também a forma como a Rede DLIS tem se apropriado e aplicado a memória social para a realização de seus propósitos políticos e institucionais.

Outro texto endossado institucionalmente, assumido de forma participativa pelo grupo, marca o discurso politicamente orientado da Rede DLIS quanto ao entendimento da memória como uma ferramenta transformadora, bem como uma estratégia de enraizamento de marcas simbólicas constitutivas da identidade territorial: *“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade, talvez não mereçamos existir”*. José Saramago.

Então, na mesma medida que o processo de elaboração dos conceitos institucionais se apresenta como uma estratégia discursiva, os conceitos elaborados e apresentados por este movimento em memória da Rede DLIS são um construto social, enquanto uma síntese a que chegaram os moradores envolvidos no movimento, ou seja, resultado de um percurso formativo e de intervenção prática no campo da pesquisa participativa dos bens culturais do território no ano de 2012.

Podemos apreender e apresentar facilmente o empenho e a energia dispensados pela Rede DLIS para o uso da memória como estratégia discursiva em termos do construto de uma política de representação:

[...] “antes da próxima comissão, eu queria só falar um pouquinho, que no dia 06 aconteceu um encontro do ponto de memória lá na UMBC e que tinha ficado previsto outro para o dia 20, que é lá na Canudos e não aconteceu, mas que precisa retomar isso, viu, Zélia, a ocupação Pantanal e a Marrocos, é, tá rearticulando esse pessoal pra que essa reunião aconteça pra fazer o resgate da ocupação, como aconteceu, e chamando aquelas pessoas que participaram das ocupações Marrocos e Pantanal, precisa se articular pra gente ver um momento ai com este pessoal pra gente ta resgatando a história das ocupações pra o Ponto de Memória. Precisamos de matéria pra nossa segunda amostra”. (moradora e liderança comunitária).

Esse foi um chamado realizado por uma das lideranças participantes da Rede durante encontro ordinária da instância no mês de março de 2013, momento em que o movimento em memória vinculado à Rede DLIS tem se concentrado na coleta de dados para a releitura e reescritura dos movimentos pastorais vivenciados a partir da década de 1980, sobre os quais aponto como portadores de valores e princípios disseminados e inculcados subjetivamente constituindo-se marcas simbólicas e presentes ainda hoje nos modos operandis da rede bem como elementos fundamentais constituintes da vocação local em organização comunitária e do trabalho social articulado em rede, como estratégia de afirmação de uma política de representação para a negociação e agenciamento de políticas públicas em diálogo propositivo com poderes públicos em termos da exigibilidade de direitos, entendendo o território como um lugar de direitos.

A Rede DLIS também é perspicaz no arranjo e desenvolvimento de tecnologias sociais para leituras da realidade, de forma a lhe imprimir uma notoriedade pública e um grau de habilidade técnica. Ou seja, seus discursos são formulados tomando como base aspectos materiais da vida social, recurso que confere certa legitimidade aos seus argumentos, na medida em que se estrutura por meio de uma engenharia técnica.

Um exemplo de tecnologia social criada pela rede são as denominadas 'caravanas de monitoramento' de políticas setoriais. Coletivamente, as entidades da Rede DLIS vistoria obras ou visita equipamentos sociais e com base em observações diretas e de posse de um instrumental simples de anotação constroem, participativamente, relatórios comunitários sobre a situação a que se encontra o desenvolvimento dos serviços públicos, de forma a se produzir uma espécie de parecer e constituir elementos passíveis de serem negociados com autoridades competentes, em termos da exigibilidade de direitos:

[...] Essas visitas elas foram a, são as caravanas que nós já inventamos a muito tempo de fazer, fazemos das obras do OP, pra dizer que as obras não estavam sendo executadas, fizemos isso com o rio maranguapinho, pra ver a situação do rio maranguapinho, e estamos fazendo com a saúde pra ver o, por exemplo, o que é que tá acontecendo com a saúde do Grande Bom Jardim [...] a gente percebeu que as equipes de saúde da família são uma grande invenção, [...] a questão estrutural, enfim, vários problemas. Isso tudo a gente espera construir um relatório, que a gente chama, né. Depois do relatório a gente quer pactuar com as autoridades formas mínimas pra gente tentar operar situações. Ai é que a gente chama de audiências populares. Depois de construir o relatório, a gente quer construir audiências populares com as entidades da rede e as pessoas que respondem pelos órgãos de saúde [...] enfim, fazer

pressão social [...] pra que a gente dimensione o tamanho da violação de direitos à saúde e construa pactos, pra responsabilizar e pra viabilizar o direito". (morador e técnico da ONG CDVHS).

Procedimento muito bem apropriado e sintetizado por uma das lideranças participantes da Rede DLIS: [...] *"conhecer a realidade, e depois que a gente ver a realidade formatar um relatório e denunciar"*.

Um princípio de trabalho comunitário diretamente ligado ao perfil de intervenção dos padres combonianos, responsáveis pelo acompanhamento dos grupos pastorais da região a partir de 1988, é a ação simultânea de fortalecimento endógeno e de capilaridade da comunidade no contexto de cidade, ou seja, a ligação entre as relações micropolíticas locais e as relações macropolíticas.

Este princípio que é potente e um dos elementos constituintes da vocação política da região do Grande Bom Jardim é exemplificado a partir de um procedimento político da rede na luta pela regulamentação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), aprovado em 2009, mas que ainda não tem aplicabilidade pois depende de regulamentação de mais 21 ou 22 leis complementares. O recorte que a Rede DLIS procede a despeito deste instrumento de gestão da cidade é a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS's) demarcadas na região por aquele instrumento. Ou seja, as áreas demarcadas como ZEIS pelo PDP de uma cidade passa a ser áreas prioritárias na execução de políticas públicas, sendo a gestão dessas políticas desenvolvidas de forma participativa, com o acompanhamento da comunidade através de um conselho formalmente constituído pelo executivo municipal.

Dito isso, a Rede DLIS, por meio de uma comissão específica para este setor/temática, articula-se em âmbito de cidade para a composição de uma frente municipal para pressionar pela regulamentação do PDPFor, mantendo um duplo movimento: articulação e formação comunitária local e articulação com outros segmentos e movimentos da cidade organizados com o mesmo propósito:

[...] a comissão hoje ela está dividida. Estamos aqui em quatro, é, em três entidades, porque hoje está havendo a avaliação desse ato, em nível de cidade. Então, a gente se organizou para estar aqui e lá no [...] o que nós estamos planejando para o mês de abril, nós só temos um evento para o mês de abril, que é o seminário das ZEIS do Bom Jardim. Também os meninos que foram para esta avaliação foram defender de que o nosso seminário do Bom Jardim seja também a nível de cidade. Então, a gente escolheu o local, vai ser na Nova

Canudos, a priori, dia 20, que é o terceiro sábado de abril” [...] (moradora, liderança comunitária e técnica da ONG CDVHS).

Observamos que não existe outra forma de fazer política que não passe pela persuasão discursiva. Os intentos da Rede DLIS em promover um processo formativo em escala ampliada, ou seja, em nível de cidade, são realizados mediante uso perspicaz da fala, e para que o ato de fala realize o que o falar quer fazer são necessários elementos que confira força de convenção à fala, e um forte elemento é o poder da representação política, senão vejamos:

[...] “do nosso lado, é, a nossa área de ZEIS, que é o Bom Jardim, é, teve uma participação de aproximadamente de quarenta e duas pessoas. Então, nós fomos numa boa caravana pra a, pro ato. Então, a gente avaliou como um ponto muito [ênfase] positivo, foi o nosso primeiro, foi a nossa primeira manifestação do ano, né, que está na rua, em manifestação, quem já sabe como é que é, sabe que é bem complicado, né, então a gente teve uma disposição muito boa das comunidades que compõe as áreas da ZEIS, certo?” [...] (idem).

A capacidade de mobilização social é um elemento que impõe respeito e é entendido pelo movimento social como uma espécie de capital. Portanto, mobilizar quarenta e duas pessoas num ato político em nível de cidade confere uma posição de prestígio perante outras comunidades organizadas da cidade. A compreensão desse elemento significativo é expressa na ênfase dada pela falante quando do período do proferimento que se refere à avaliação do grupo quanto à participação deste no ato: [...] *“Então, a gente avaliou como um ponto muito [ênfase] positivo” [...]*, bem como na declaração: [...] *“então a gente teve uma disposição muito boa das comunidades que compõe as áreas da ZEIS, certo?” [...]*, como que sinalizando que a Rede DLIS tem estofamento político para barganhar junto aos movimentos da cidade a realização de uma ação formativa em nível de cidade no Bom Jardim.

Existe como consenso meio que tácito de que uma organização social ser membro da Rede DLIS é duplamente estratégico, pois na mesma proporção em que sua participação fortalece a instância, o fortalecimento da instância contribui para o desenvolvimento institucional da organização membro. Assim, uma conquista alcançada por uma organização social membro da rede é comemorada pela instância e reconhecida como uma vitória coletiva.

[...] “fui habilitada [aplausos] e, pra melhor dizer, ontem às três horas da tarde fui assinar convênio pra começar terça feira [aplausos] [...] essa alegria que to sentindo e passando pra vocês eu queria dar essa notícia à minha comunidade, não o meu quarteirão, mas sim a minha comunidade, a gente tem muitas amizades, muitos amigos que gostam, né, que gostam de trabalho comunitário, de movimento, tem muita gente que pergunta [...] eu vim pedir ajuda assim, pra gente fazer uma reinauguração, com a ajuda de vocês, a gente fazer assim um ato simbólico [...] então, eu queria que vocês me ajudasse [...] gente, eu acho que foi uma conquista da rede, porque eu lutei por dentro da rede pela causa da criança [...] pra gente falar das conquista, das luta da rede, né”. (moradora e liderança comunitária).

O proferimento de fala acima foi realizado pela liderança por um tom entusiasmado, incentivado pelo contentamento de veicular boas novas, com um sentido de partilha como que sugerindo que o objeto, a conquista, pertencesse a todos, e ao mesmo tempo com uma intencionalidade, qual seja, a de persuadir a ajuda da Rede DLIS na realização de um ato público de inauguração de uma creche.

O proferimento em seu conjunto traz ainda dois atos de fala que considero singulares: [...] “eu queria dar essa notícia à minha comunidade, não o meu quarteirão” [...] “gente, eu acho que foi uma conquista da rede, porque eu lutei por dentro da rede pela causa da criança”. O primeiro ato realiza a rede como a sua comunidade, uma escala que transborda o seu quarteirão. E o segundo ato de fala que realiza a conquista como sendo da rede, na medida em que se usou da instância como ferramenta e espaço para fazer ecoar seus discursos de proteção à criança. Ai ela quer se referir ao fato de que em inúmeros encontros da Rede DLIS com autoridades do setor ela pautou a necessidade de ampliar o número de creches na cidade bem como de reenvolver as organizações comunitárias na gestão desses equipamentos.

O ato de fala em questão além de ter realizado seu propósito central, tendo sido tirado encaminhamento para planejar o tal ato de inauguração, também oferece substrato para uma compreensão de cenário, uma leitura de contexto. A falante, enquanto representante legal de uma organização comunitária, declara que foi habilitada pelo o município e conveniada a este para desenvolver serviço junto à criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, R. Ruberval. A guerra na língua: as representações do “11 de setembro” na mídia e no discurso oficial. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2005.

_____. **O Conceito de Ato de Fala como Categoria de Análise: da Nova Pragmática a uma Pragmática Cultural.** 2012.

OLIVEIRA, M. A. Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. 3ª Edição, São Paulo, SP: Contexto, 2012.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** 7ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.